

AS ESCOLAS ISOLADAS DE FLORIANÓPOLIS NO CONTEXTO DA REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO (1946-1956)

Ângela Beirith

Prefeitura Municipal de Florianópolis – Santa Catarina.
E-mail: angelabeirith@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo trata das Escolas Isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário ocorrida no Estado de Santa Catarina a partir de 1946. Com base em documentos oficiais e em depoimentos de ex-professores, procuramos descrever o modo como se caracterizavam essas escolas e discutimos as possíveis razões da sobrevivência desse tipo de estabelecimento de ensino em meio à difusão dos Grupos Escolares, símbolos da modernidade pedagógica pretendida pela República.

Palavras-Chave: Escola Isolada. Regulamentação do Ensino.

FLORIANÓPOLIS' ISOLATED SCHOOLS IN THE CONTEXT OF THE LEGISLATION OF ELEMENTARY EDUCATION (1946-1956)

Abstract

This article deals with Isolated Schools of Florianópolis in the context of the legislation of elementary schools that took place in the State of Santa Catarina - Brazil from 1946 on. Based on official documents and testimonies of former teachers, we describe how these schools were characterized and discuss the possible reasons for the survival of this type of educational establishment amid the dissemination of School Groups, symbols of modern pedagogy sought by the Republic.

Keywords: Isolated School. Legislation of Education.

Introdução

Em janeiro de 1946 foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficaram conhecidas como Reformas Capanema¹. Com essas Reformas, toda a estrutura educacional brasileira foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país.

Tal ordenamento, iniciado ainda durante o Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, completou-se e repercutiu na educação após seu término. Nesse sentido, aponta Ghiraldelli (2008, p. 80), as Leis Orgânicas do Ensino, “de certo modo, moldaram muito mais o ensino posterior ao ‘Estado Novo’ do que propriamente o período de vigência da ditadura”.

O ensino primário, até 1946 sob responsabilidade dos governos de cada Estado, em Santa Catarina, nesse mesmo ano, de acordo com Fiori (1991, p.149), “foi adaptado às normas dessa legislação federal – o que revela o alto espírito de colaboração das autoridades educacionais do Estado com a União”. Por essa Reforma, o ensino foi desdobrado em ensino primário fundamental e ensino primário supletivo. A autora observa que também em relação ao ensino normal os catarinenses não perderam tempo em cumprir a legislação, ao passo que a maioria dos Estados nem chegou a considerá-la. Mesmo com o final da ditadura Vargas, observa Fiori (1991), entre os dirigentes da educação não se abandonou o padrão de comportamento adotado, que era seguir de perto as normas traçadas pela União.

A cooperação catarinense com o Governo Federal tinha sua razão de ser. Durante o regime do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, o Congresso Nacional foi fechado, os partidos políticos extintos e os Estados passaram a ser governados por interventores nomeados. Em Santa Catarina, a interventoria foi ocupada por Nereu Ramos, componente da oligarquia Ramos, originária de Lages. Nereu, que já governava o Estado desde 1935, permaneceu no cargo por uma década. Com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, e a redemocratização política, os partidos retornaram à legalidade. Nereu Ramos elegeu-se vice-presidente do Brasil na chapa do marechal Eurico Gaspar Dutra. Em nível local, a oligarquia Ramos, reunida em torno do PSD – Partido Social Democrata, saiu vencedora dos pleitos estaduais, enraizando-se fortemente no controle da máquina estatal. O

¹ Gustavo Capanema foi nomeado Ministro da Educação por Getúlio Vargas em 1934. Permaneceu no cargo até o final do Estado Novo em 1945. Em sua gestão, promoveu a criação do INEP e promulgou as leis orgânicas de ensino, baixadas por oito decretos-leis, entre os quais o Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário, e o Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal (Apud SAVIANI, 2007).

Estado permaneceu ainda por dois anos com o sistema de interventoria, até as eleições de 1947, quando os Ramos conseguem emplacar no governo mais um de seus membros, Aderbal Ramos da Silva. O PSD controlou o governo estadual até 1950.

Em 1951 o governo do Estado passou a ser dirigido por Irineu Bornhausen, representante da oligarquia Konder-Bornhausen, que vencera as eleições com a sigla da UDN – União Democrática Nacional. Getúlio Vargas retornou à presidência da república nesse mesmo ano, e Irineu Bornhausen não perdeu tempo em aproximar-se de seu governo. Embora opositores entre si, tanto PSD quanto UDN alinhavam-se no perfil conservador e na colaboração com a União. Santa Catarina continuava, desse modo, bastante afinada à política do governo federal.

O Regulamento do Ensino Primário – o Decreto nº 3.735/1946

Do esforço das autoridades educacionais catarinenses para adequar o sistema de ensino estadual às Leis Orgânicas Federais surgiu o Decreto estadual nº 298, de novembro de 1946, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina. Tal reforma foi liderada pelo professor Elpídio Barbosa², que dirigia o Departamento de Educação do Estado desde 1940.

Para complementar a Lei Orgânica Estadual, foram elaborados os Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário, o Regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar e o Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário.

O Regulamento para os Estabelecimentos do Ensino Primário – o Decreto nº 3.735, de 17 de dezembro de 1946 – é um extenso e meticuloso documento composto de 761 artigos, que dispõe sobre as bases de organização, a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias, regime de aula, critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administração, disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola, entre diversos outros itens.

² Elpídio Barbosa era natural de Florianópolis. Iniciou sua carreira no magistério como professor de escola primária. Dirigiu os grupos escolares das cidades de Mafra, Joaçaba e Joinville. Foi inspetor escolar na Circunscrição de Florianópolis. Exerceu inúmeras funções, entre as quais a de Subdiretor Técnico do Departamento de Educação e Superintendente Geral do Ensino. Dirigiu o Departamento de Educação de 1940 a 1950, quando foi eleito Deputado Estadual (FIORI, 1991).

A Organização Escolar no Estado com o Regulamento

Para compreendermos como ficou a organização escolar do ensino público em Santa Catarina decorrente da adequação às diretrizes nacionais, é importante recompormos, pelo menos em parte, a forma como estava estruturado o ensino no Estado.

Naquele período, o ensino público estruturava-se da seguinte maneira: Ensino Primário, Ensino Normal, Ensino Secundário, Ensino Comercial, Ensino Profissional e Ensino Superior. Para os objetivos deste trabalho nos deteremos apenas na descrição do ensino primário e respectivos estabelecimentos.

O ensino primário abrangia duas categorias de ensino:

I) Ensino Primário Fundamental, destinado a crianças de 7 a 12 anos, ministrado em dois cursos sucessivos: o Curso Primário Elementar, de 4 anos, e o Curso Primário Complementar, de 1 ano, podendo ser ampliado para 2 anos onde se achasse conveniente a finalidade de intensificar e ampliar a cultura primária. Ambos eram oferecidos nos Grupos Escolares. O Primário Elementar também poderia ser cursado em Escolas Isoladas e Escolas Reunidas.

II) Ensino Primário Supletivo, destinado a adolescentes e adultos, ministrado através de Escolas Supletivas e Classes de Alfabetização.

Quanto aos tipos de estabelecimento de ensino, as unidades de ensino primário denominavam-se:

a) Escola Isolada (E. I.), quando possuísse uma só turma de alunos, sob a responsabilidade de um só docente.

b) Escolas Reunidas (E. R.), quando houvesse de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.

c) Grupo Escolar (G. E.), quando possuísse cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

d) Escolas Supletivas (E. S.), quando ministrassem ensino supletivo, qualquer que fosse o número de turmas de alunos e professores.

O município de Florianópolis, até o final dos anos 1950 e ainda na década de 1960, tinha a seu cargo o Ensino Primário Elementar, constituindo as Escolas Isoladas a maior parte das unidades escolares. Esse também era o tipo de escola predominante em todo o estado de Santa Catarina.

No artigo 7º do Decreto nº 3.735/1946 consta que o Curso Primário Elementar tem quatro anos de estudos, mas o artigo 13 do mesmo decreto faculta às Escolas Isoladas

ministrar apenas os três primeiros anos do Curso Primário Elementar, podendo os alunos concluí-lo em outra escola. De fato, ao que indica o conteúdo de uma circular enviada por Elpídio Barbosa, nem todas as Escolas Isoladas atendiam, naquele período, às quatro primeiras séries primárias. A circular nº 9, de 3 de fevereiro de 1948, dirigida aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, professores e diretores de estabelecimentos de ensino pelo Departamento de Educação, trazia como assunto a “quarta série em escola isolada”. Informava sobre pedidos de permissão especial para o funcionamento da quarta série em Escola Isolada. Esclarecia que a Escola Isolada deveria funcionar sempre com quatro séries, mas o funcionamento da quarta série em Escola Isolada decorreria, entretanto, da organização própria desses estabelecimentos de ensino, não devendo constituir ônus para o Estado e devendo o professor regente encarregar-se, também, dessa classe.

Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa no ano de 1948 relativa ao exercício de 1947 (SANTA CATARINA, 1948a), o governador Aderbal Ramos da Silva expõe quadro sobre o ensino primário geral. De acordo com a relação apresentada, o estado de Santa Catarina possuía um total de 86 Grupos Escolares – 8 unidades na Capital e 78 no interior do Estado – e 1.593 Escolas Isoladas. O total de Escolas Isoladas no período correspondia, portanto, a praticamente 95% das unidades escolares de ensino primário no Estado. Ao município de Florianópolis são atribuídas 43 Escolas Isoladas, número que causa estranheza pelo excesso, posto que em relatório do prefeito Mauro Ramos sobre a instrução municipal, datado de 1939, a prefeitura apresenta um quadro de 26 Escolas Isoladas (FLORIANÓPOLIS, 1939). Cabral Filho (2004), analisando o dado, atribui a informação ao fato de muitas escolas terem sido criadas à revelia do poder público até a edição das leis do Ensino Primário, do Regulamento de 1946 e da Constituição Estadual.

É importante ter em vista, também, que o desdobramento de uma Escola Isolada era considerado criação de nova escola. Como as Escolas Isoladas possuíam apenas uma classe, desdobrar a escola significava criar uma nova classe. As Escolas Isoladas poderiam ser desdobradas caso o número de matrícula excedesse a 45 alunos e existissem pelo menos 15 candidatos à matrícula, dos quais 10 em idade obrigatória. Somente após um ano de experiência e permanecendo a necessidade de desdobramento, ela se tornaria Escola Reunida. Isso poderia ter elevado o número de unidades para efeito de contagem, com o intuito de utilizá-la como propaganda política em favor do governo.

Em 1959, mais de uma década após mensagem de Aderbal Ramos da Silva, era a vez do governador Heriberto Hülse contabilizar o número de estabelecimentos de ensino oficiais. A mensagem não detalha o número de unidades por município, apenas a situação geral do

Estado. Os números do ensino primário apontavam um total de 205 Grupos Escolares, 353 Escolas Reunidas, 2.379 Escolas Isoladas e 17 Escolas Supletivas, mostrando que a quantidade de Escolas Isoladas prosseguia disparadamente maior. Em termos percentuais, mesmo com uma expansão significativa dos Grupos Escolares, as Escolas Isoladas continuavam correspondendo a mais de 90% dos estabelecimentos de ensino primário.

As Escolas Isoladas: o grosso da tropa³

Referindo-se à difusão dos Grupos Escolares no Brasil em meados do século XX, em compasso com o processo de urbanização e democratização do ensino público, Souza (2004) atenta para a necessidade de se considerar a participação de outros tipos de escolas primárias nesse processo, especialmente das Escolas Isoladas. Para a autora, a historiografia da educação brasileira se ressentia de estudos mais aprofundados sobre essas instituições. As Escolas Isoladas, instaladas nas zonas rurais e nos bairros populares, foram responsáveis pela escolarização de uma significativa parcela da população brasileira.

Gaspar da Silva e Teive (2008) chamam a atenção para o fato de os Grupos Escolares, mesmo tendo-se constituído em uma forma escolar eminentemente urbana, permaneceram como o ideal de escola na memória até mesmo daqueles que não puderam frequentá-lo. Um modelo de escola de qualidade, escola de verdade. O mesmo parece não ocorrer em relação às Escolas Isoladas, das quais pouco se ouve falar. No entanto, foi a Escola Isolada, multisseriada e unidocente, a que permaneceu sendo, durante muitas décadas do século XX, o tipo predominante de escola pública primária no Estado de Santa Catarina, o “grosso da tropa”, na expressão de Chervel.

Quando o ensino primário foi regulamentado no Estado em conformidade com a Lei Orgânica Federal, em 1946, a instalação de Escolas Isoladas e de Escolas Reunidas estava prevista para os locais onde não fosse possível instalar Grupos Escolares. Criadas inicialmente para atender a regiões rurais, de baixa densidade demográfica, essas escolas acabaram sendo implementadas também em zonas urbanas.

Segundo dados do Censo de 1950 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 1959), ainda nessa década a média da população rural no Estado de Santa Catarina era de 70%. Em Florianópolis, somente 24% da população concentrava-se no meio rural, sendo esse percentual o menor do Estado. O Município possuía oito aglomerações

³ Expressão utilizada por André Chervel (1990) para referir-se às escolas rurais e unidocentes que constituíam a maioria das escolas francesas no século XIX.

urbanas: a cidade de Florianópolis, com 48.264 habitantes, as vilas de Cachoeira do Bom Jesus, com 259 habitantes, Canasvieiras, com 364 habitantes, Ingleses do Rio Vermelho, com 284 habitantes, Lagoa, com 429 habitantes, Ratoles, com 259 habitantes, Ribeirão da Ilha, com 975 habitantes, e Santo Antônio de Lisboa, com 281 habitantes. O restante da população, 16.515 pessoas, compunha o quadro rural, totalizando 67.630 habitantes. Como podemos observar pelos dados do Censo, mesmo com a maior parte da população concentrando-se em regiões classificadas como urbanas, o tipo de escola predominante em Florianópolis também foi a Escola Isolada.

As Escolas Isoladas eram as remanescentes das antigas escolas primárias do Império, chamadas Escolas de Primeiras Letras. Nas Escolas de Primeiras Letras, em locais de maior concentração populacional adotava-se o método mútuo, também denominado monitorial ou lancasteriano. Esse método era visto como uma possibilidade de instruir muitas pessoas ao mesmo tempo com baixo custo, pois consistia em aproveitar os alunos mais adiantados para auxiliar o professor no ensino de classes numerosas. Os alunos monitores, investidos da função docente, dirigiam um grupo de alunos. O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e alunos distribuídos hierarquicamente. As aulas eram ministradas em um salão amplo, sob a supervisão do mestre. A maior habilidade exigida era a memorização (SAVIANI, 2007). Ensinava-se leitura, escrita, as quatro operações, gramática da língua nacional e doutrina cristã. Em locais de menor concentração de alunos, o método adotado era o individual, pelo qual, como o nome já diz, o professor ensinava os alunos individualmente.

As principais características das Escolas Isoladas do período que compreende nossa pesquisa, de meados da década de 1940 a meados de 1950, podem ser apreendidas de um pequeno trecho do relato da ex-professora Maria: um só professor para atender a vários alunos reunidos em um mesmo período, em uma única classe, cursando várias séries, portanto em diferentes níveis de aprendizagem:

Aí depois, mais tarde, eu implorei muito, eu não aguentava mais dar aula pra 60 crianças, entre 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, um quadro-negro só, aquilo ali eu tinha que dividir o quadro em quatro partes, passava uma linha no meio e enquanto eu dava exercício pra uma turma, pra outra, trabalho, eu ia explicar pra outra série, né, porque quando é matéria nova a gente precisa explicar.⁴

Para o estabelecimento de uma Escola Isolada era necessária a existência, em um raio de três quilômetros, de pelo menos 40 crianças em idade escolar, das quais 20, no mínimo, em

⁴ Maria é um pseudônimo utilizado em razão de a entrevistada não querer se identificar. Entrevista concedida a Ângela Beirith em 14 de novembro de 2007.

idade obrigatória. Não poderiam ser mantidas Escolas Isoladas com matrícula inferior a 25 alunos, dos quais 15, no mínimo, em idade obrigatória. As Escolas que acusassem uma média inferior a 18 alunos durante três meses consecutivos seriam extintas. Mas nem todas as Escolas Isoladas possuíam a quantidade de alunos exigida pela lei, como aquela em que trabalhava dona Maria. Dependendo da localidade em que a escola funcionasse, o número de alunos era menor.

Legalmente, na situação em que se encontrava a professora Maria, no ano de 1952, com mais de 45 alunos na classe⁵, a Escola Isolada poderia ser desdobrada. Mas para isso acontecer era necessário que existissem, além dos 45 alunos, pelo menos mais 15 candidatos à matrícula, dos quais 10 em idade escolar obrigatória. Ao desdobrar a classe, o professor receberia, para reger a outra classe, uma gratificação correspondente à metade do vencimento. Neste caso, o período de aula em cada turno seria de 3 horas. Ou seja, mesmo com a redução do número de horas, trabalharia em dois turnos, recebendo por um deles a metade do vencimento. Ou então poderia confiar a outra classe a um professor auxiliar. Nos Grupos Escolares, por sua vez, não haveria desdobramento, e sim criação de nova classe.

O que se denomina escola era normalmente uma das peças cedidas ou alugadas da própria casa do professor ou de algum morador da localidade, que residia com sua família no espaço restante do imóvel, coabitando com alunos e professores. Em situações em que a escola funcionava na casa do professor, não era raro este ocupar parte do tempo das aulas para encaminhar afazeres domésticos. Outra atitude comum era colocar um dos filhos para substituí-lo, caso necessitasse se ausentar.

As condições das Escolas Isoladas eram bastante precárias. Em geral não havia instalações sanitárias nem energia elétrica. Os alunos sentavam-se em bancos de madeira, com lugares para até cinco ou seis crianças. As necessidades, conta hoje dona Dilma, rindo, eram feitas debaixo dos cafezais. A água vinha do poço de algum vizinho próximo à escola, ou era levada em baldes pelos professores.

A falta de locais apropriados para o ensino é admitida pelo governo federal em Mensagem presidencial de 1952, em que expõe números de um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A Mensagem, publicada pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1952), traz um levantamento no qual ficara apurado que dos 28.302

⁵ Dados do livro de matrícula da escola registram que em agosto de 1951, quando dona Maria assumiu a classe, tinha a seu cargo 38 alunos. Em 1952, o número de alunos na classe era de 48. A partir desse mesmo ano a Escola passava a ter também a 4ª série.

prédios escolares destinados ao ensino primário no país, apenas 4.927 pertenciam aos poderes públicos. Desses, somente 70% haviam sido construídos especialmente para fins escolares.

Fosse cumprido o que afirmava a Lei nº 3.735/1946, dificilmente haveria Escolas Isoladas e Reunidas, pois entre os requisitos essenciais para a instalação de uma escola estava que o prédio escolar preenchesse as “finalidades higiênico-pedagógicas”, traduzidas por “sala ampla, ventilada e com vidraças nas janelas”. Era necessário verificar ainda a existência de privada e de terreno com espaço para pátio.

No termo de visita da Escola Isolada Mista Municipal de Vargem Grande II, distrito de Cachoeira do Bom Jesus, o Inspetor escolar registra, no dia 20 de junho de 1960, ter observado o seguinte: “3º) que a sala de aula é pequena, falta forro e vidraças. O prédio não tem privada. O mobiliário se acha bem conservado; que faltava mapa do município” (FLORIANÓPOLIS, 1960). Dois anos depois, no dia 26 de junho de 1962, as anotações do Inspetor Pedro Nicolau Prim, em visita à mesma Escola, agora denominada Escolas Reunidas de Vargem Grande II e pertencendo ao distrito de Canasvieiras, descrevem a seguinte situação: “3º) a sala de aula é pequena e que não possui forro, nem vidraças, constituindo um problema nos dias cerrados, de chuva e vento” (FLORIANÓPOLIS, 1962). A unidade escolar transformava-se de Escola Isolada em Escola Reunida para receber mais alunos, mas as condições de trabalho não haviam se alterado muito.

Dona Joaquina, quando solicitada a descrever uma escola daquele tempo, explica:

É, era uma casa, por exemplo, era de material, e... mas era assim uma casa, vamos dizer particular, não tinha sanitários, o sanitário era na rua, sabe como é que é? Hoje as casas todas têm seu banheiro, antigamente não tinham. Dá de sair fora? As crianças iam fora, lá, na patente. (...) A criança saía fora e tinha lá onde a pessoa lavava, o tanque, procurava um lugar assim.⁶

Após uma experiência de seis anos em Escola Isolada na vila de Ingleses do Rio Vermelho⁷, no norte da Ilha, em 1957 dona Joaquina foi trabalhar no Grupo Escolar Antônio Pascoal Apóstolo, um dos primeiros Grupos Escolares do município de Florianópolis, na mesma vila. Em relação à Escola Isolada, compara ela, as condições do Grupo eram muito diferentes: “Não, aí não, era Grupo Escolar, tinha sanitários, tinha tudo. Tinha biblioteca, tinha sala para pesquisa, tinha tudo. (...) Agora já tinha bastante diferença, barbaridade, tinha esporte, tinha horta escolar”.

⁶ BASTOS, Joaquina da Costa. Entrevista concedida a Ângela Beirith em 1º de outubro de 2008.

⁷ Atualmente o bairro denomina-se Rio Vermelho. Quando foi criado, em 1831, recebeu o nome de São João Batista do Rio Vermelho. Teve a sua sede elevada à categoria de vila pelo Decreto-lei estadual nº 36, de 31 de março de 1938 (BRASIL, 1959).

A ex-professora retém na memória o tipo da escola que para ela ficou como sinônimo de qualidade. Sua fala denota a sensação que as construções modernas dos Grupos Escolares provavelmente deveriam provocar na população e no próprio corpo docente, quanto mais se contrastadas com as escolas que se tinha até então. Os Grupos Escolares, símbolos da renovação do ensino, compreendiam edifícios especialmente construídos para fins educativos, com várias salas de aula, o trabalho docente dividido de modo que cada professor fosse responsável por uma série, com os alunos classificados de forma mais homogênea, segundo os níveis de adiantamento. Do ponto de vista administrativo, eram supervisionados por um diretor responsável por fiscalizar as atividades escolares, as ações dos professores e manter a ordem e a disciplina. Além disso, os Grupos dispunham de funcionários para auxiliar nas questões burocráticas, na manutenção da segurança e na conservação da higiene do ambiente, como secretários, serventes, zeladores, porteiros e jardineiros.

Considerações Finais

A racionalização do trabalho nos Grupos Escolares, por meio da organização do espaço, do tempo, da distribuição dos conteúdos, do uso de métodos adequados ao ensino, potencializava o atendimento a um grande número de crianças. Diante do projeto de modernização que se almejava alcançar com a propagação dos Grupos, as Escolas Isoladas eram consideradas provisórias. No entanto, elas continuaram a ser instaladas em zonas rurais e urbanas, cumprindo um importante papel na educação catarinense durante o século XX.

Um dos motivos ainda para a permanência desse tipo de escola talvez fosse o alto custo das construções dos prédios, da aquisição do mobiliário e da conservação dos Grupos Escolares, sendo mais viável economicamente a instalação de Escolas Isoladas, principalmente em regiões longínquas ou mesmo em regiões consideradas urbanas mas de baixa densidade demográfica.

Outro motivo para explicar não só a sobrevivência, mas a expansão do ensino primário por meio de Escolas Isoladas em Santa Catarina teria sido o desmantelamento de centenas de escolas de imigrantes pela campanha de nacionalização do Estado Novo e a consequente necessidade de suprir o ensino para essas populações com a criação de novas escolas. Dados extraídos por Fiori (1991) de um relatório de Elpídio Barbosa contabilizam, em 1940, 1.095 Escolas Isoladas no Estado; em 1950 já estavam em funcionamento 1.698 unidades escolares desse tipo. Significa que entre os anos de 1940 e 1950, com a campanha nacionalista de Getúlio Vargas em pleno vapor, foram criadas, em média, por ano, 60 novas Escolas Isoladas

no Estado. Outra razão ainda seria o objetivo de firmar o homem no campo, devido ao crescimento da industrialização, que atraía legiões de pessoas às cidades, e os efeitos nocivos que o aumento da população ou a pobreza urbana poderiam causar à ordem social das urbes. Neste sentido, aponta Carvalho (1989, p.13), organizar o trabalho nacional era, sobretudo, “fixar o homem no campo, de modo a conter os fluxos migratórios para as cidades e vitalizar a produção rural” com a cooperação de uma escola que disseminasse a consciência do dever para com o seu meio. Em consonância com essa perspectiva, o desenvolvimento do programa das Escolas Isoladas das zonas rurais era “essencialmente prático, orientado no sentido de fixar o indivíduo ao meio em que vive” e “adaptado às necessidades e conveniências locais” (SANTA CATARINA, 1946, p. 54).

Seria preciso aquilatar, por meio de estudos específicos, em que medida a forma como se deu a proliferação de Escolas Isoladas no Estado de Santa Catarina teria facilitado a ingerência político-partidária nesses estabelecimentos de ensino e na vida profissional dos professores. A esse respeito há um item na lei de regulamentação do ensino primário que merece ser observado com atenção. O artigo 392 do Decreto nº 3.735/1946 faculta a particulares o favorecimento da criação de Escolas Isoladas nas zonas rurais, desde que se comprometessem em fornecer gratuitamente o prédio ou doar ao Estado terreno próprio. O compromisso inclui a abertura de estradas para facilitar o acesso à escola e a organização e custeio do serviço de transporte dos alunos. Com a lei permitindo que iniciativas privadas cumprissem uma função historicamente atribuída ao Estado, o governo reduzia sua responsabilidade com a educação e abria brechas para que interesses privados interferissem naquilo que era público. Somente quem dispunha de muitas posses e, muito provavelmente, de influência política na sociedade local poderia realizar tal empreitada. Desta forma, as Escolas Isoladas e os professores que nelas trabalhavam ficavam expostos aos interesses pessoais dos que, investidos da autoridade de terem apadrinhado a criação das escolas, poderiam utilizar-se da educação como objeto de barganha política.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. Vol. XXXIII.

CABRAL FILHO, Pedro. **O ensino público primário em Florianópolis da Constituição Federal de 1946 à Lei de Diretrizes e Bases de 1961**: o surgimento de uma rede municipal de educação. São Paulo, 2004. Tese. (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2ª ed. rev. Editora da UFSC, 1991.

FLORIANÓPOLIS. Gabinete do Prefeito. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

FLORIANÓPOLIS. (Prefeitura Municipal de Florianópolis). Escola Mista Municipal da Vargem Grande II. **Termo de visita**. Florianópolis, 1960.

FLORIANÓPOLIS. (Prefeitura Municipal De Florianópolis). Escolas Reunidas de Vargem Grande II. **Termo de visita**. Florianópolis, 26 de junho de 1962.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; TEIVE, Gladys Mary. **Grupos Escolares**: Criação mais feliz da República? Mapeamento da produção em Santa Catarina (mimeo). 2008.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. XVII, n. 45, Jan. / Mar. 1952.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 3.735**, de 17 de dezembro de 1946. Estabelece o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946.

SANTA CATARINA. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1948, pelo Governador Dr. Aderbal R. da Silva**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1948a.

SANTA CATARINA. Departamento das Municipalidades. **Vida dos Municípios**. Florianópolis, 1948b.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Lei nº 37. Promulga o Estatuto do Funcionário Público Municipal. Ano XVIII. Florianópolis, 24 de maio de 1950.

SANTA CATARINA. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em 15 de abril de 1951, pelo Governador Irineu Bornhausen**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1951.

SANTA CATARINA. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1959, pelo Governador Heriberto Hülse.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval [et al.]. **O legado Educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO; Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. (Org.) **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Recebido: Março/2009
Aprovado: Julho/2009